



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado

Nome da Unidade curricular:

Direito Administrativo

Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Paulo Manuel Cunha da Costa Otero – 2 horas

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Aprofundamento do estudo do presente ramo da ciência jurídica;
- Interligação com outras áreas da ciência jurídica e restantes ciências sociais;
- Aquisição de metodologias de investigação e trabalho científico;
- Desenvolvimento do espírito de construção dogmática dos institutos jurídicos;
- Reforço do diálogo doutrinário e jurisprudencial.

6. Conteúdos programáticos:

“Regulamentos administrativos”

I

Introdução

§1º - Formas de atividade administrativa e procedimento: delimitação de regime

§2º - Princípios fundamentais do procedimento administrativo

II

Regulamentos administrativos

Cap. 1º - Teoria geral dos regulamentos

§3º - Conceito de regulamento

§4º - Interpretação de regulamentos

§5º - Integração de regulamentos

§6º - Aplicação no tempo e no espaço de regulamentos

§7º - Domínio do regulamento: reserva constitucional de regulamento?

§8º - Principais tipos de regulamentos

Cap. 2º - Procedimento dos regulamentos

§9º - Titularidade da competência regulamentar

§10º - Formalidades e forma dos regulamentos

§11º - Validade e eficácia dos regulamentos

§12º - Cessação de vigência dos regulamentos

Cap. 3º - Contencioso dos regulamentos

§13º - Contencioso administrativo

§14º - Contencioso constitucional



Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos visam preparar os alunos para, a propósito do tema escolhido e da sua importância no ensino desta unidade curricular, desenvolver as capacidades de investigação, análise das fontes e construção dogmática, proporcionando a elaboração de trabalhos originais e que revelem um contributo científico para o Direito Administrativo.

Metodologias de ensino:

O ensino obedecerá às seguintes principais linhas metodológicas:

- Exposição inicial de temas do conteúdo do programa pelo regente da cadeira, seguida da intervenção e discussão de temas previamente indicados por parte de algum ou de todos os alunos;
- Exposição de temas pelos alunos, previamente definidos, seguida de debate por todos os restantes, terminando com uma intervenção do regente da cadeira sobre o tema em causa.

Avaliação:

A avaliação será composta por quatro elementos:

- Intervenções orais durante as aulas;
- Realização de um trabalho escrito sobre um tema comum a todos os alunos, a elaborar durante as férias de Natal, com um número limitado de páginas;
- Exposição oral do tema escolhido pelo aluno, dentro do conteúdo da unidade curricular, durante 30 minutos, seguido de perguntas dos Colegas e observações do professor, naturalmente com direito de resposta por parte do aluno expositor;
- Relatório escrito, a entregar nos termos do Regulamento do Curso, versando sobre o tema da exposição.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino indicadas visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática, preparando os alunos para a feitura da tese de mestrado:

- A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público;
- A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;
- Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar futuros trabalhos de investigação.

Bibliografia principal:

CORREIA, Sérvulo, *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, Coimbra, Almedina, 1987.

MONIZ, Ana Raquel, *Estudos sobre os Regulamentos Administrativos*, Coimbra, Almedina, 2016.

MONIZ, Ana Raquel, *A Recusa de Aplicação de Regulamentos pela Administração com Fundamento em Invalidez – Contributo para a Teoria dos Regulamentos*, Coimbra, Almedina, 2012.

OTERO, Paulo, *Direito do Procedimento Administrativo*, I, Coimbra, Almedina, 2016, e bibliografia aí referenciada.

OTERO, Paulo, *Legalidade e Administração Pública – O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, reimp., Coimbra, Almedina, 2019.

QUEIRÓ, Afonso, *Direito Administrativo*, I, policop., Coimbra, 1976.